

**PETIÇÃO (MOD) FAMÍLIA**

## MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA ALIMENTAR

Recurso re -  
Tribunal TJ/SC

## PEDIDO DE REDUÇÃO DO VALOR DA PENSÃO

## EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ....., ESTADO DO ..... DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA EM APENSO AOS AUTOS Nº ..... ....., brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor AÇÃO DE REVISÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA em face de ....., brasileiro (a), menor e ....., brasileiro (a), menor, representados por sua mãe ....., brasileira, (estado civil), profissional da área de ....., portadora do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residentes e domiciliados na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS Em sede de Separação Judicial consensual sob n.º ...../..... neste Juízo foi homologado acordo de pensão alimentícia aos filhos menores da Requerida, respondendo o pai, ora Requerente com 44% dos seus rendimentos líquidos, importância esta destinada à criação e educação dos filhos do casal (doc. ...). Durante todo este tempo o Requerente recolheu regularmente os valores relativos a tal porcentagem salarial, o que fez depositando em conta corrente particular da Requerida. Os valores pagos pelo Requerente nunca foram pagos diretamente aos filhos ..... e ....., menores beneficiários da pensão alimentícia. Inclusive os menores não residem com a genitora, e sim com a avó materna, Sra. .... Na verdade o endereço fornecido pela Requerida na procuração outorgada à Promotoria das Comunidades é o de sua mãe, pois a Requerida não possui residência fixa. Entretanto, como demonstraremos a seguir, o valor com que o Requerente vem contribuindo mensalmente tornou-se excessivamente superior às suas possibilidades econômicas, razão pela qual intenta a presente Revisão. O Requerente é alimentante dos menores ....., atualmente com .... anos e de ....., de idade .... anos. Ambos os alimentados estudam em escola pública, não havendo gastos com mensalidade escolar. Residem com a avó, que cuida dos menores, zelando por suas saúdes, objetos, vestimentas, calçados, e bem estar de forma geral. Os menores são adolescentes de origem humilde, acometidos pela infelicidade de ter os genitores separados, fragmentando o lar familiar. Na breve e humilde existência de ambos, sempre se mostraram adolescentes felizes, com boas amizades. Nunca tiveram grandes ambições ou caprichos. Não possuem qualquer tipo de doença que requeira tratamento médico ostensivo, ou gastos com medicamentos. Não freqüentam nenhum curso particular. Também não freqüentam ambientes de lazer caros ou refinados. As despesas de moradia (aluguel, telefone, água, luz..) são pagas pela avó. Ou seja, são adolescentes bastante simples, de despesas comedidas que se resumem, praticamente, à alimentação e vestuário. O Requerente é pessoa pobre, que vive humildemente numa casa no ..... de ....., sabidamente um dos bairros mais pobres e violentos da cidade. O salário mensal do Requerente é de R\$ ....., laborando como mecânico industrial na ..... de ....., conforme cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (doc. ...). O valor que aufera mensalmente mal cobre as despesas domésticas. Juntam-se aos autos comprovantes de despesas de várias naturezas (doc. ...). Renda Mensal: Despesas Mensais: R\$ ..... luz: R\$ ..... Total: R\$ ..... água: R\$ ..... mercado: R\$ ..... aluguel: R\$ ..... Total: R\$ ..... Tal balanço refere-se ao mês de ..... de ....., período em que restou ao Requerente apenas R\$ ....., sem considerar a pensão alimentícia que foi

devidamente paga. É importante verificar que as despesas do Requerente são as mínimas de qualquer cidadão, não havendo nenhum luxo ou extravagância. Além disso, após o divórcio o Requerente constituiu nova família, sendo o único responsável pelos gastos desta. Assim, o valor de 44% sobre o salário do Requerente, ou seja R\$ ....., torna-se excessivamente oneroso e injusto para um pai de família que tem de arcar sozinho com os custos da atual esposa, a anterior e mais dois filhos, recebendo salário